

DOU
11-06-97
WRD 00017
Sec 1
11.768-74

DESPACHO Nº 28, DE 9 DE JUNHO DE 1997

Assunto: Processo FUNAI/BSB/1388/97. Referência: Terra Indígena BATOVI. Interessado: Grupo Indígena Waurá. EMENTA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena em que se refere, com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/1388/97, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria da antropóloga Mônica Thereza Soares Pechincha que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena BATOVI, de ocupação do respectivo grupo tribal Waurá, com superfície e perímetro aprovados de 5.130 hectares e 53 km respectivamente, localizada no município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

JÚLI MAPCOS GERMANY GAIGER

ANEXOS

RESUMO DO RELATÓRIO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA BATOVI

Referência: Processo FUNAI/BSB/1388/97. Denominação: Terra Indígena Batovi. Localização: Município de Paranatinga, Estado de Mato Grosso. Superfície: 5.130 ha. Perímetro: 53 km. Sociedade Indígena: Waurá. População: 236 pessoas (1996). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico - Portaria nº 526, de 5 de julho de 1996, coordenado pela antropóloga Mônica. Thereza Soares Pechincha

Dados gerais

Os Waurá constituem um dentre os dezesseis povos que habitam hoje o Parque Indígena do Xingu, cuja demarcação foi homologada pelo Decreto s/nº de 25.01.1991.

A gestação da idéia da criação do Parque do Xingu remonta ao final dos anos 40, época em que adentrou aquela região a Expedição Roncador-Xingu. Sua primeira proposta foi apresentada em 17.04.1952, através do "anteprojeto de lei de criação do Parque do Xingu" pela comissão presidida pelo Brigadeiro Raimundo V. Aboim e integrada por Heloisa Alberto Torres, Orlando Villas Bôas e Darcy Ribeiro. Por este anteprojeto, a área a ser reservada para o Parque corresponderia a 200.000 quilômetros quadrados, extensão que contemplava a justificativa de resguardar os muitos povos indígenas dela habitantes e de preservar a integridade dos territórios por eles ocupados mediante suas formas adaptativas próprias. O anteprojeto de criação do Parque visava, sobretudo, barrar a ilícita e veloz política fundiária executada pelo Estado de Mato Grosso que iniciava a alienar vastíssimas extensões de terras indígenas por seu interior, inclusive e notadamente as habitadas pelos povos xinguanos. Interesses político-econômicos impediram a concretização do anteprojeto. O Parque foi criado em 1961, com território vinte vezes menor ao proposto em 1952.

As fronteiras do Parque Indígena do Xingu sofreram muitas reformulações ao longo das três décadas que decorreram desde a primeira proposta de sua criação. Neste processo, nunca a totalidade das terras tradicionais dos povos do Parque foi abrangida. Os decretos de criação do Parque do Xingu, e os de alteração dos seus limites, de 1968 e 1971, reconheceram apenas parcialmente o território tradicional dos Waurá.

A região conhecida como Alto Xingu foi habitada ao longo dos séculos por muitos povos indígenas, vários deles já extintos e/ou assimilados por outros. Atualmente são em número de dez os grupos indígenas do Alto Xingu, dentre eles os Waurá.

Uma das características marcantes dos alto-xinguanos constitui-se na grande semelhança exibida entre eles, ainda que constituam grupos de extrações lingüísticas e culturais diversas. Tal constatação fez com que fosse atribuída ao Alto Xingu a designação de área cultural distinta. Além de compartilharem muitas características, as sociedades do Alto Xingu também formam entre si um sistema social, amarrado em uma rede tecida por intercassamentos, pela interdependência econômica e pela cooperação ritual.

Apesar das muitas semelhanças, persistem os elementos de distinção entre estes povos. Importantes marcadores de identidade são a organização política de cada povo, o território de ocupação histórica e a diferenciação estabelecida pelo multilingüismo alto-xinguano. Quanto a este último aspecto, os povos do Alto Xingu representam quatro stocks lingüísticos diferentes: são falantes de línguas dos troncos Tupi, Arawák, da família Karib, além da Trumái, considerada língua isolada. Os Waurá falam língua pertencente à família lingüística Aruák, do tronco Arawák.

As diferenças também se delineiam através das habilidades específicas em conseguir ou produzir materiais e artefatos, cujo monopólio na obtenção e manufatura são especializações de cada povo e utilizados na manutenção da intensa rede de trocas há muito estabelecida entre os povos xinguanos. Os Waurá, desta forma, são os fabricantes das valiosas panelas de cerâmica, cuja tecnologia dominam. São também suas especialidades a produção do sal de aguapé e grandes quantidades de urucum para troca.

Os povos do Xingu compartilham e promovem vários festivais intertribais, como por exemplo o Kwarup. Estudiosos dos povos do Xingu assinalam serem as práticas rituais Waurá mais complexas e rigorosas que a dos seus vizinhos xinguanos. Há evidências de que elementos da mitologia Aruák foram incorporados por outros grupos alto-xinguanos e de que prevaleça o vocabulário Aruák nos mitos e rituais destes grupos. Também as práticas xamânicas, intensas entre estes povos, são mais desenvolvidas entre os Waurá.

Os Waurá se reconhecem e são reconhecidos pelos outros povos indígenas do Alto Xingu como o mais conservador grupo dentre eles. São também reconhecidos como o povo mais antigo do Alto Xingu, possibilidade aventada, entre outras, por inferências de fundo lingüístico e arqueológico.

Histórico da ocupação

Informações de cunho arqueológico indicam a ocupação primeira da bacia do Xingu por povos de língua Arawák, de quem os Waurá são um dos representantes atuais. Importante fonte de são os estudos sobre a cerâmica pré-histórica encontrada naquela região. Estudos arqueológicos ali realizados concluíram por duas tradições de cerâmica pré-histórica distintas, conhecidas por "fase Diauarum" (século XII) e "fase Ipavu" (1200-1300 d.C.), correspondentes respectivamente aos baixo e alto cursos do rio Xingu. A segunda delas apresenta inegáveis traços comuns com a cerâmica Waurá contemporânea.

Outro achado arqueológico na região constitui-se em grandes valetas encontradas em diversos locais no alto Xingu. Possíveis fortificações, essas valetas apontam para a possibilidade da existência passada de enormes aldeias Aruák.

Recentes resultados de pesquisa arqueológica vêm reforçar a conclusão da ocupação primeira e em muito maior extensão através dos formadores do Xingu por povos de língua Arawák. Segundo estes estudos, povos Arawák teriam ocupado o Xingu pelo menos desde 950 D.C.. Tendo sido os primeiros habitantes do Alto Xingu, os povos Arawák ocuparam, até pelo menos 1600, uma área que se estendia do vale do rio Batovi até a oeste do rio Kuluene.

Nomes de origem Waurá marcam a toponímia do Alto Xingu mais para leste, como o nome dos rios Kuluene e Kurisevo. Com base na toponímia é possível hipotetizar uma ocupação também oriental, e mais antiga, por este povo no Alto Xingu.

Sendo há mais de um século os senhores da porção ocidental da bacia do Xingu, os Waurá vivem hoje na mesma região onde estavam no final do século passado, conforme pode-se verificar através do relato do viajante alemão Karl von den Steinen, que visitou o Alto Xingu em duas viagens, em 1884 e 1887. Os Waurá relatam já estarem no Batovi certamente desde a segunda metade do século XIX, senão antes. Possuidores de uma grande população naquela época, tiveram, ao longo do vale do rio Batovi, várias aldeias. Na segunda metade do século passado, eram 13 as aldeias Waurá localizadas na bacia do Batovi: Iutapíhí, Anakahí, Makulupíhí, Ahatípihí, Tulupjá, Maikriute, Matupíhí, Emutitchaute, Kamaiute, Ehikumaute, Mentiwe, Eteshupíhí e Muluishaku. Todas localizam-se ao longo do rio Ytsawtakueene (nos mapas, rio Tabapuá), afluente da margem direita do Batovi.

Nesta época os Waurá compartilhavam com os Bakairí, originários dos rios Paranatinga e Novo, o domínio das terras banhadas pelo Batovi e seus afluentes. Os Waurá mantinham intenso e amistoso convívio com os Bakairí, com quem encenavam conjuntamente muitos rituais. Eram em número de 06 as aldeias Bakairí existentes na região, na mesma época: Tapakuia, a aldeia Bakairí do rio Lupuene (ou rio Bacaeri), Maiwapíhí, Malahikumapíhí, Tipapíhí e Sapalakupíhí. Tipapíhí era a aldeia Bakairí que se encontrava precisamente no local sagrado de Kamukuaká, limite meridional do território tradicional Waurá, localizado no alto curso do Batovi, a 13º14'90" de latitude Sul.

Em um pequeno braço da margem direita do Batovi (chamado pelos Waurá de Wetsiwlo), existia, também na segunda metade do século passado, uma aldeia de índios Kustenáu, um grupo já extinto, cuja

língua era aparentada à dos Waurá: a aldeia Kwanapu; e mais duas aldeias deste povo, Yalampihí, e Alaiéne, ambas na margem esquerda do Batovi. Existiam, portanto, vinte e duas aldeias espalhadas pelo curso do Batovi e seus afluentes, nas quais viviam três povos indígenas distintos que mantinham entre si intenso contato intercultural.

Distribuídos entre treze aldeias no final do século passado, os Waurá sofreram, naquela época, uma epidemia de gripe, trazida muito provavelmente pela expedição von den Steinen, e que dizimou grande parte da sua população. Reduzidos em número, reuniram-se em uma única aldeia, a Yutapihí, que passou a ser chamada Tsariwapihí.

No início deste século, os Ikpéng (Txicão), povo originário do rio Iriri, atingem o rio Ronuro após uma longa rota migratória. Nesta época iniciam-se as muitas guerras que empreenderam contra os xinguanos ao sul do Batovi. Os Waurá contam que os Bakairi teriam se afastado sucessivamente rumo ao sul, pelo Batovi, fugindo dos ataques Ikpéng.

A partir do momento em que já tinham afastado os Bakairi, os Ikpéng começaram a empreender guerra aos Waurá. Em razão destes ataques, os Waurá se refugiaram junto aos Mehináku, seguindo então mais para leste, em direção ao rio Tuatuari, onde localizava-se a aldeia Mehináku chamada Utawanapihí. Parte dos Waurá, ainda nesta época, foi morar junto aos Kuikúro. Em 1924, os Waurá, ou parte deles, já teriam migrado mais para o leste, quando af os encontraram os Expedicionários da "Comissão Rondon". Os Ikpéng chegaram a atacar os Waurá na aldeia Utawanapihí. No início da década de 40 os Waurá retornam à aldeia Tsariwapihí, onde estavam, em 1946, quando chegaram os Villas Bôas aos formadores do Xingu.

Os Ikpéng voltaram a atacar os Waurá já restabelecidos no Tsariwapihí. Amedrontados, os Waurá mudaram-se novamente para sua antiga aldeia Kamaiute. Sofreram aí novo ataque. Os Waurá se retiraram novamente, buscando refúgio, e vieram fundar a aldeia onde estão até hoje. Tal acontecimento deu-se na década de 60.

Em virtude da intensificação dos contatos com os brancos a partir do final do século XIX, os Waurá, como os demais povos alto-xinguanos, se viram expostos a surtos epidêmicos e como consequência, a baixas populacionais graves até a metade deste século, quando passaram a recobrar franco crescimento.

As aldeias Waurá

Os Waurá, ou Waurá, conforme a sua auto-denominação, compreendem atualmente uma população de 236 pessoas, distribuídas entre duas aldeias. A maior delas, a aldeia Piulága conta com 226 habitantes. Localiza-se na margem direita do rio Batovi, próxima à grande lagoa com o mesmo nome, na porção sudoeste do Parque Indígena do Xingu. Não existem estradas que liguem esta aldeia Waurá a qualquer núcleo urbano. A cidade mais próxima é Paratatinga-MT. Há uma estrada que liga a aldeia Piulága ao Posto Indígena Leonardo, este às margens do rio Tuatuari no interior do parque do Xingu. A aldeia Piulága é disposta em forma circular, um círculo fechado por 18 casas residenciais, formando uma extensa praça ao centro, segundo o padrão alto-xinguano. Em uma extensa faixa que se segue por detrás das casas, se sucedem várias roças Waurá.

Nesta aldeia estiveram reunidos todos os Waurá até 1989, época em que decidiram reavivar a picada da demarcação do Parque, fechando o triângulo de terras que se inicia na confluência do Batovi com o Bacaeri de onde se abre até o limite sul do Parque, área esta conhecida como "Terra do Batovi". Os Waurá intentavam proteger a parte de seu território que foi, inexplicavelmente, excluída na época da demarcação do Parque da invasão de caçadores e pescadores que o assediam constantemente. Um sério incidente ocorrido em 1989, quando um grupo de Waurá foi ameaçado por dezesseis pescadores armados em águas dentro daquela terra indígena, apressou a decisão de construir uma nova aldeia no limite sul. Instalaram aí juntamente um Posto de Vigilância.

Construíram, assim, naquela data, um primeiro Posto de Vigilância, próximo à confluência do Batovi e Bacaeri. No primeiro semestre de 1990, os Waurá tomaram conhecimento de que a empresa Batovi Agropecuária S/A havia se manifestado à FUNAI, reclamando propriedade sobre a Terra do Batovi. Começaram, desde então, a se aproximar do PIV alguns pistoleiros famosos na região. Naquela ocasião, tendo os Waurá se ausentado por alguns dias do PIV, todas as casas do Posto foram incendiadas.

Em 1991 a comunidade Waurá procurou assistência judicial com o objetivo de obter a demarcação da Terra do Batovi, e ingressou com Ação Declaratória movida contra a União Federal e a FUNAI. Em seguida, os Waurá decidiram deslocar o posto para mais próximo do limite buscando melhor protegê-lo. No início de 1994, foi inaugurado o novo posto a 12°59'30" de latitude Sul. A aldeia do atual PIV Batovi conta 09 habitantes permanentes. Compõe-se de três casas grandes cercadas por vasta roça.

Atividades produtivas

A subsistência Waurá baseia-se fundamentalmente na agricultura, na pesca, na caça e na coleta, segundo padrões tradicionais.

A unidade de produção entre os Aruák é comumente a família extensa. Muitas atividades dos grupos Aruák são formalmente organizadas por donos de casas ou pelo chefe da aldeia, dentre elas a construção de casas, a abertura e limpeza das estradas, o trabalho nas roças, a pesca e a coleta.

É tarefa masculina a derrubada, a queima e o plantio da roça. O desmatamento é feito no começo da estação seca, a queimada antes das chuvas. A colheita cabe às mulheres. É sua tarefa também a produção da farinha e do polvilho de mandioca, base de sua dieta, bem como o preparo dos alimentos em geral. Os homens auxiliam as mulheres na colheita limpando as ervas daninhas ao redor das ramas de mandioca e outros tubérculos. Os Waurá abrem novas roças todos os anos, estendendo as já existentes. Geralmente plantam pequi e urucum em capoeiras de roças antigas.

Como todos os alto-xinguanos, cultivam a mandioca amarga, além de outras espécies, da qual produzem mingaus e beiju. Plantam também outros tubérculos como cará do mato, e várias espécies de batata. Possuem duas qualidades de milho e cultivam, ainda, pimenta, feijão, algumas espécies de fava, cana-de-açúcar, banana, mamão, abacaxi, melancia, fumo, urucum, algodão, amendoim e bacaba. Plantam em pouca quantidade laranja, limão, mexerica e manga. Plantam taquara para flechas em terra preta, junto com mandioca. E pequi, alimento de grande importância na dieta. Cultivam aguapé, planta nativa, em locais enlameados na beira dos rios e lagos. Do aguapé os Waurá obtêm o sal vegetal.

De várias espécies de plantas nativas os Waurá consomem seus frutos: o buriti, o murici, o ingá, a goiaba "do mato", e as frutas ytaúsheití, alitsali, waukutí, wetxiu, temúnte, wano, yaiputa, entre outras, as quais amadurecem em diferentes estações. O ecossistema em que vivem lhes provém uma infinidade de remédios, de intenso e variado uso e finalidades.

Os Waurá atribuem preferência à pesca em relação à caça. Para a realização desta atividade básica de subsistência desenvolveram várias técnicas, usadas conforme os locais de pescaria, como também mediante as estações do ano. Pescam com arco e flecha, e usam variadas armadilhas e redes. Usam também a técnica do envenenamento das águas com tingui. Sendo a pescaria atividade diária dos Waurá, as áreas de pesca se estendem por todo o Batovi, o Bacaeri, seus afluentes e lagos.

Quanto à caça, os Waurá consomem preferencialmente a carne de aves e macacos, quati e outras pequenas caças e, em épocas de escassez, consomem a carne de paca. Uma série de animais são caçados, contudo, com a finalidade de extrair-lhes partes que usam como ornamentos: da onça aproveitam as unhas, para colares, e a pele para cocares e braçadeiras; dos cascos de veado, porco e tatu, fazem chocalhos; do rabo da sucuri fazem enfeite usado no ritual Kwarup.

Muitos materiais para uso ritual são obtidos nas atividades de coleta. Por exemplo, os Waurá confeccionam uma coleção de máscaras cujo uso é imprescindível em suas "festas". Dentre estas a máscara ewéje (ariranha), a sapukuyawá, a kuáhahalo, a yacuí, a nukutahuhu, a atujá, a Kolú, a yakuikátú, a awálu ou hétáu, a kapúlu e a páhi, a tipu tipu, a yawári, a alupupéju, a watanamuna, a yukúku, a ajuhú, e a

kagápa (tawarawaná). São de formatos diferentes e confeccionadas, de acordo com cada feitio, com diversos materiais, tais como madeira, palha de buriti, fibras, raízes, tinta natural, urucum, algodão, cabaça, penas de reicongo, tucano, arara, gavião, dentes de piranha, couro de onça.

Os Waurá utilizam várias palmáceas, espécies de bambu e cipós na confecção de cestas e esteiras, que se destinam a vários usos.

Para a construção de suas casas utilizam-se de várias espécies de madeira (tais como as que chamam de yeshkumá, úia, palúte e mapupaná, matápi (pindaíba), yeshkumá, atapiatikumá, alupupetu, itxéhi, tuawa, puláta), para as armações e vigas. A cobertura é de sapé, enrolado nas varinhas tapiatikumá e amarrado com cipó atamá e mutúte.

As plumas de várias aves são usadas na confecção de ornamentos: os cocares são feitos com penas de reicongo, tucano, araras azul e vermelha e gavião. O brinco masculino, é feito com plumagem de tucano e mutum; a braçadeira, com penas de araras azul e vermelha e pena de mutum.

Ocupa lugar privilegiado entre as práticas manufatureiras Waurá a produção de suas panelas e vasos de cerâmica, que lhes servem como importantes utensílios domésticos e como valiosos bens de troca. Apenas os Waurá fazem a cerâmica para trocá-la com outros grupos alto-xinguanos. Produzem panelas de diversos tamanhos, as maiores atingem mais de um metro de diâmetro, as menores são zoomorfias.

A liga do barro para a cerâmica é conseguida mediante a mistura da cinza de uma espongiária, chamada pelos Waurá de akukutai. Usam urucum e a tinta preta yuri para pintá-las. A matéria-prima básica destes produtos, o barro, é encontrado em alguns locais pelo curso do Batovi.

Os Waurá encontram os materiais para a construção de suas casas, para a confecção de seus instrumentos de trabalho e objetos pessoais, para a fabricação de seus adornos rituais, etc, por toda a extensão da área sob seu domínio tradicional. Os Waurá exploram o curso do Batovi e todos os cursos d'água dele tributários e seus lagos em busca de seu alimento básico, o peixe. São destas águas que retiram o aguapé para a produção do sal vegetal. Do fundo do Batovi é que extraem o barro para a manufatura da cerâmica. Em suas barrancas encontram a terra com os pigmentos para a pintura das panelas. Têm bem demarcadas, igualmente, as áreas preferenciais de caça que se encontram em vários locais pelo vale do Batovi. Esta área lhes oferece também as inúmeras quantidades de plantas nativas, fonte de alimentos, e incontáveis outras de que fazem uso medicinal.

As atividades produtivas dos Waurá em pouco se modificaram com o contato com os brancos. As modificações que ocorreram podem ser qualificadas como mais periféricas, sendo notadas principalmente na aquisição de artigos industrializados com vistas a terem facilitadas estas atividades, como panelas de alumínio, armas de fogo, machados, facões, anzóis. Pode-se observar a exclusividade de alimentos produzidos por eles próprios e processados segundo técnicas tradicionais. As técnicas de pesca e de cultivo continuam inalteradas. Prosseguem, da mesma forma, observando o calendário ritual.

Meio ambiente

O meio ambiente no qual se localiza a área Waurá apresenta características de floresta, cerrado, cerrado e mata secundária. Parte dele fica submersa na época das cheias. Outra parte, representada pela floresta não inundável, onde estão as terras firmes, são os locais adequados às aldeias e roças. No decorrer dos tempos sempre ocorre uma sua irradiação progressiva da área de roças, mediante à procura de mais terras férteis, sendo que a reutilização das capoeiras exigem um longo período de pouso. Às vezes enontram-se a distâncias consideráveis da aldeia.

Na floresta, os Waurá encontram muitos materiais utilizados para a manufatura de diferentes itens de sua necessidade. O rio Batovi, igarapés e lagoas lhes permitam a pesca, atividade fundamental para sua dieta. O rio também lhes fornece a matéria-prima para a cerâmica. O cerrado lhes proporciona a caça e a coleta.

Como é sabido, este ambiente natural oferece muitas espécies animais e vegetais, mas em poucas quantidades, encontradas em nichos determinados. A perpetuação das práticas de subsistência Waurá obviamente dependem da preservação destes recursos. Há que se notar, também, que a maneira como os povos indígenas têm utilizado os recursos naturais os têm garantido através dos tempos. O triângulo de terras reivindicado pelos Waurá, compõe indiscutivelmente o montante de área necessária à preservação destes recursos.

Tanto mais porque atualmente existe uma progressiva compressão aos limites do território xinguano demarcado em vista da crescente expansão, seja dos empreendimentos agro-industriais que cercam o Parque, seja das cidades circunvizinhas. Em vista desta pressão, nos últimos anos, os índios do Xingu vêm adotando providências no sentido de proteção dos limites do Parque, através da criação de vários postos de vigilância em pontos estratégicos da fronteira, e por trabalhos de reavivitação de limites. Foram identificadas, recentemente, invasões no limite sudoeste do Parque, em território Waurá. Estradas foram abertas neste local com o objetivo de servir à madeireiros invasores. Verifica-se, igualmente, progressivo desmatamento das áreas circundantes a esta Terra Indígena, e seus efeitos ao meio ambiente.

O controle do rio Batovi pelos Waurá em todo o seu curso até o limite sul do Parque, bem como a ocupação tradicional da "Terra do Batovi", tem contido a intrusão de caçadores e pescadores não-índios que insistem em adentrar a parte destas águas sob domínio Waurá.

Reprodução física e cultural

É necessário considerar que as formas de utilização e adaptação ecológica de uma sociedade se dão segundo padrões por ela estabelecidos, que compreendem, por sua vez, não só aspectos materiais de ocupação, mas outros definidores de caráter ideológico e religioso.

A totalidade do território reconhecido pelos Waurá como de sua ocupação tradicional estende-se ao norte até a foz do rio Batovi no Ronuro, onde este conflui com os outros formadores do Xingu no Morená, ponto inicial do Xingu. A leste, atinge os vales dos rios Kurisevo e Kuluene. A oeste, o vale do rio Ronuro. E a sul, o sítio sagrado de Kamukuaká, no alto curso do Batovi a 13°14'90" de latitude Sul. O território Waurá, seguindo o Batovi, é apenas uma parte de uma anterior ocupação que se estendia além, pelos formadores do Xingu. Este é o território efetivo e economicamente explorado pelos Waurá e que tem suas fronteiras reconhecidas pelos Waurá e pelos povos do Xingu seus vizinhos.

O local de Kamukuaká trata-se de sítio de inegável valor histórico e arqueológico e, para os Waurá, de inestimável valor cultural. É lugar sagrado, morada de seus heróis culturais. Há neste local uma grande cachoeira e, ladeando-a, uma gruta cujas paredes estão repletas de incisões rupestres, cujos desenhos explicam-se pelo mito de Kamukuaká. A toponímia que marca o curso do Batovi refere-se, em parte, a episódios deste mito. No desenrolar de sua narrativa, locais associados a cenas deste mito são recordados e marcados como sagrados: a moradia de Kamí, o Sol, a moradia de Kamukuaká, o local chamado Kamí Ininha Tiwaká, a antiga aldeia Tapakuia, o local chamado Kapulu Takápiná, o rio Makupinaí, todos locais que se sucedem ao longo do Batovi, descendo o seu curso, e que devem a este mito o seu nome e o seu significado.

Outros locais no longo trecho do Batovi que se estende do PIV à aldeia Piulága estão carregados deste sentido mítico/histórico. Todos têm grande importância, igualmente, quanto à utilização econômica pelos Waurá do vale do rio Batovi. Alguns deles são: Maiwabí; Malahikumápihí, local do primeiro PIV, cujo nome é o da antiga aldeia Bakairi que outrora localizou-se neste mesmo lugar e onde há um caminho que leva até o Lupuene (rio Bacaeri), onde os Waurá freqüentemente vão pescar; Itsula Wipinawaka, acampamento dos Waurá, quando vão para o Kamukuaká; Tsuékuro, outro acampamento para pesca e caça, onde o córrego tributário do Batovi nesta altura forma um lago, local de pesca e de obtenção pelos Waurá de jatobá, para a confecção de canoas; Manhapari, outro local também referente ao mito de Kamukuaká, local onde os Waurá buscam o remédio manhapari, que usam para ficarem fortes, bons lutadores; Makulapúku, local também referido ao mito de Kamukuaká, lugar de pescaria farta, sempre usado pelos Waurá; Aiéne, também local de acampamento para pescaria, referido ao mito da flauta Jakú;

Tipepe Wéké, que é o nome do lugar onde os Waurá buscam o barro, tipépé, do qual fabricam a tinta para pintar suas belas panelas de cerâmica, e refere-se a um mito Kalapalo incorporado pelos Waurá, como também o sítio Yetiwaká; Malukáia, local que tem o mesmo nome do remédio para o lutador, que brota neste campo, nome devido a outro personagem do mito de Kamukuaká; Maikriute, que é o local de uma antiga aldeia Waurá; Puupihí, um acampamento Waurá, para pouso em suas viagens de pescaria mais distantes da aldeia principal, sítio também antes usados pelos extintos Kustenáu; Meheperinha numa, outro lugar para acampamento, também referente ao mito de Kamukuaká; Yualápíhi, local marcado pela lembrança de um encontro histórico entre os antigos Waurá e Yawalapití; Wetsiwo, local de uma antiga aldeia de índios Kustenáu, onde há muitos pés da fruta chamada wetsiwo; Alaiéne, local que constitui-se na entrada de um córrego que forma uma lagoa rica em uma qualidade especial de aguapé, chamado pelos Waurá de alái. Outros locais no curso do Batovi são Kwanapu, um canal onde, na época de enchente, peixes corimba afluem; Magawatáko, onde se encontra a árvore magawa, da qual se extrai um óleo que os Waurá usam para untar o corpo antes de se pintarem; e Maiapalutapi, que constitui-se num pequeno canal, onde freqüentemente os Waurá pescam com tinguí. Estes são alguns dentre os sítios mais visíveis às margens do rio Batovi. Todos eles levam, contudo, a muitos outros, também nomeados e repletos de significado. Todo o curso do Batovi, do limite sul do Parque até sua foz é amplamente conhecido, utilizado e protegido pelos Waurá. Informações de cunho cosmológico vêm reforçar a identificação dos Waurá enquanto povo do Batovi.

A evolução demográfica dos povos xinguanos da região dos formadores marca-se por um declínio abrupto desde o final do século passado até meados deste século. Entre 1948, data da entrada da expedição Roncador-Xingu, e o início da década de 60, os alto-xinguanos passaram por brutal decréscimo populacional, pelos contatos com a expedição e, principalmente, por uma grave epidemia de sarampo ocorrida em 1954. A partir de então, a tendência geral foi de franco crescimento populacional, sobretudo pela intensificação da assistência médica.

Estimativas e censos sucessivos calcularam o número dos Waurá em: 150 (em 1924), 95 (em 1947), 82 (em 1964), 108 (em 1981), 127 (em 1983), 146 (em 1985), 226 (em 1995) e 236 (em 1996).

Fortes perdas populacionais ocorreram na virada do século, quando os Waurá se reuniram em uma única aldeia. No intervalo de 23 anos entre 1924 e 1947, houve um decréscimo populacional significativo, correspondente à 36% da população, devido, certamente, à acentuação dos contatos com os brancos. As taxas continuaram decrescentes até 1964. Daí para frente o crescimento é significativo: 32% entre 1964 e 1981; mais notável ainda no intervalo curto de quatro anos entre 1981 e 1985, correspondente a 35%. Na década seguinte os Waurá cresceram em cerca de 60%, um nível ótimo. Fatores como o acesso à assistência à saúde, alto índice da população em idade de procriação e grande número de jovens e crianças, que constituem mais da metade da população atual, apontam para a possibilidade de que, em pouco mais de uma década, os Waurá venham a dobrar a sua população.

Levantamento fundiário

Não há atualmente e nunca houve ocupação por parte de não-índios na "Terra do Batovi". Não há, naquele local, nenhuma benfeitoria, seja em forma de construções, plantações, pastos, cercas, ou qualquer outra, bem como nenhum vestígio de que tenham ocorrido em algum momento passado. Todos os indicadores visíveis demonstram que a "Terra do Batovi" foi e é ocupada tão somente pelos índios Waurá, conforme seus modos próprios.

A empresa Batovi Agropecuária S/A reclama a incidência de terras de sua suposta propriedade nos limites da Terra do Batovi. Esta empresa, contudo, não exerce e nunca exerceu qualquer tipo de posse sobre a Terra do Batovi. Cabe notar que os títulos dominiais correspondentes, foram adquiridos junto ao Estado de Mato Grosso em 1956, época em que ocorreu a alienação fraudulenta daquelas terras indígenas pelo referido Estado.

Conclusão

A área sob reivindicação Waurá corresponde ao triângulo de terras localizado na extremidade sudoeste do Parque Indígena do Xingu, formado pelos cursos dos rios Batovi e Bacacari, a oeste e a leste respectivamente, desde sua confluência, que marca o vértice norte, até o limite sul do Parque, fechando-o em linha reta. Esta é a "Terra do Batovi". A área em questão compreende uma superfície de 5.130 ha e 53 km de perímetro.

A delimitação desta terra baseia-se em diversos fatores. A ocupação do vale do rio Batovi e do rio Bacacari, incluindo obviamente a Terra do Batovi, por povos Arawák, de quem descendem os Waurá ocorreu há pelo menos 1.000 anos atrás, como concluem estudos arqueológicos. A história indígena confirma a existência de várias aldeias antigas e outros sítios de valor cultural e histórico por todo o curso do Batovi e afluentes, bem como na Terra do Batovi. Registros históricos, desde o final do século passado, também confirmam a ocupação do vale do Batovi pelos Waurá.

Compondo o todo de seu território tradicional, a porção representada pela Terra do Batovi é imprescindível por ser local onde encontram os Waurá matérias-primas, alimentos e outros recursos necessários à sua sobrevivência física e cultural. É espaço territorial continuamente ocupado e economicamente explorado pelos Waurá. A importância deste espaço físico para o povo que o reivindica também está fortemente vinculada a questões de cunho cosmológico que lhe recobrem de significados específicos e que transcendem ao puramente material, no conhecimento, na qualificação e relacionamento que estabelecem com ele estabelecem. Ademais, o povo Waurá imprescindível desta porção de terras, parte importante de seu território tradicional, por todos os condicionantes de ordem cultural e material, mas inclusive levando-se em conta o expressivo crescimento de sua população nas últimas décadas, bem como as previsões de um ainda maior incremento demográfico futuro. Por fim a Terra do Batovi constitui-se em local estratégico para a proteção do território Waurá, por ser local de forte assédio de exploradores não-índios, bem como em vista da crescente pressão que sentem os índios do Xingu sobre todo o entorno do Parque, e notadamente sobre a porção adjacente à própria Terra do Batovi.

A reivindicação Waurá apoia-se na comprovação de todos os pressupostos de terras tradicionalmente ocupadas conforme definidas pela Constituição Federal e, portanto, de seu direito originário.

MÔNICA THERESA SOARES PECHINCHA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-DAF
DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO-DEM

MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO

Denominação
Terra Indígena Batovi
Aldeias Integrantes

Grupo Indígena
Waurá
Localização

Município : Paranatinga
Administração Regional: ADR Xavantina

Estado : Mato Grosso

Coordenadas Dos Extremos

Extremos
Norte

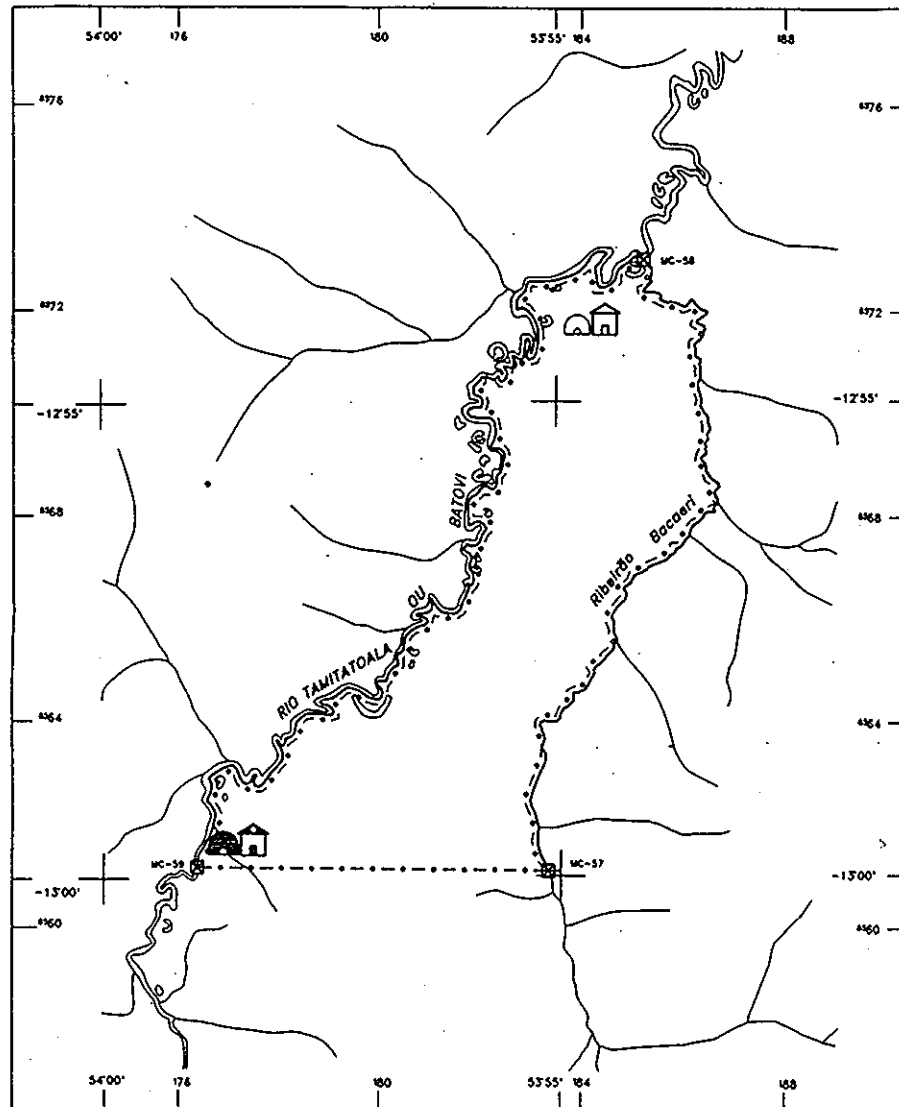
Latitude
12°53'25" S

Longitude
53°53'54" Wgr.

Leste	12°55'55" S	53°53'13" Wgr.
Sul	12°59'57" S	53°55'00" Wgr.
Oeste	12°59'53" S	53°59'00" Wgr.
Base Cartográfica		
Nomenclatura	Escala	Órgão
SD-22-V-A-IV e SD-22-V-C-I	1/100.000	DSG
Dimensões		
Superfície:	5.130 ha (cinco mil, cento e trinta hectares) aproximadamente.	
Perímetro:	53 km (cinquenta e três quilômetros) aproximadamente.	
Ano		
1980		

Descrição Do Perímetro

NORTE/LESTE: Partindo do Marco MC-58 de coordenadas geográficas 12°53'24,5" S e 53°53'53,5" Wgr., localizado na confluência do Ribeirão Bacacari com o Rio Tamitotoala ou Batovi, segue pelo citado Ribeirão, a montante, até o Marco MC-57 de coordenadas geográficas 12°59'56,6" S e 53°54'59,7" Wgr., localizado na margem direita do referido ribeirão. SUL: Do marco antes descrito, segue por uma linha reta, até o Marco MC-59 de coordenadas geográficas 12°59'52,7" S e 53°59'00,9" Wgr., localizado na margem direita do Rio Tamitotoala ou Batovi. OESTE: Do marco antes descrito, segue pelo referido Rio, a jusante, até o Marco MC-58, início da descrição deste perímetro. Responsável técnico pela Identificação dos limites: Mário dos Santos Alves, Técnico em Agrimensura, DEM/DAF/FUNAI.



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- PUNTO DEFENSOR DE LANTERNA, MARCO DE CIMENTO
- CURSO D'ÁGUA
- ALDEIA, POSTO DE VIOLÊNCIA
- ALDEIA ANTIGA, POSTO DE VIOLÊNCIA ANTIGO

<p>MINISTÉRIO DA JUSTIÇA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF</p>			
DENOMINAÇÃO: TERRA INDÍGENA BATOVI		PLANO DE DELIMITAÇÃO SUPERFÍCIE APROX.: 5.130 ha PERÍMETRO APROX.: 53 km	
SUBTIPO: PARANATINGA		ESCALA: 1:100.000 DATA: 18.11.96	
ESTADO: MATO GROSSO	ÁREA REGIONAL: NOVA XAVANTINA	PROCESSO: BASE CARTOGRÁFICA: M-1828 e 1829	
FUNDO PÚBLICO FEDERAL FUNDO PÚBLICO ESTADUAL FUNDO PÚBLICO MUNICIPAL FUNDO PÚBLICO DO DDF	FUNDO PÚBLICO FEDERAL FUNDO PÚBLICO ESTADUAL FUNDO PÚBLICO MUNICIPAL FUNDO PÚBLICO DO DDF	FUNDO PÚBLICO FEDERAL FUNDO PÚBLICO ESTADUAL FUNDO PÚBLICO MUNICIPAL FUNDO PÚBLICO DO DDF	FUNDO PÚBLICO FEDERAL FUNDO PÚBLICO ESTADUAL FUNDO PÚBLICO MUNICIPAL FUNDO PÚBLICO DO DDF

(Of. nº 404/97)

Você sabia... as cartas de baralho fabricadas pela Impressão Régia, em 1811, eram impressas pelo processo de xilografia?